BOLETIM HISTORIAR
ISSN 2357-9145

Imprensa tradicional, vigilância secreta: reflexões sobre o jornalismo tradicional piauiense durante a fase inicial da Ditadura Civil-Militar[I]

João Victor da Costa Rios[II]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[III]

Resumo: O objetivo do presente estudo é analisar como se deram as abordagens da imprensa tradicional do Piauí entre a fase inicial da ditadura civil-militar e o Ato Institucional nº 5. Analisa-se, nesse enquadramento, se existiram ou não abordagens de resistência contra a ditadura em periódicos tradicionais do Piauí. Para tanto, constituímos um estudo de caráter bibliográfico e documental. As principais fontes primárias são relatórios governamentais do Serviço Nacional de Informação, além dos jornais O Dia, Estado do Piauí e Jornal do Piauí. Nesse sentido, por meio dessa análise, espera-se apresentar um cenário com alguns pontos-chave da imprensa piauiense no início da Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: História; Imprensa; Piauí; Ditadura.

Tradicional press, secret surveillance: reflections on traditional Piauí journalism during the initial phase of the Civil-Military Dictatorship

Abstract: The objective of this study is to analyze how the approaches of the traditional press in Piauí occurred between the initial phase of the civil-military dictatorship and Institutional Act nº 5. It is analyzed, within this framework, whether or not there were approaches of resistance against the dictatorship in traditional Piauí periodicals. To this end, we constituted a bibliographic and documentary study. The main primary sources are government reports from the National Information Service, in addition to the newspapers O Dia, Estado do Piauí and Jornal do Piauí. In this sense, through this analysis, we hope to present a scenario with some key points from the Piauí press at the beginning of the Civil-Military Dictatorship.

Keywords: History; Press; Piauí; Dictatorship.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

Introdução

Em abril de 2024, completou 60 anos do golpe civil-militar de 1964. Este acontecimento marcou a "vitória" de grupos dominantes, tais como, militares, empresários, jornalistas, lideranças religiosas e setores internacionais ligados aos interesses dos Estados Unidos. Compreendemos que o Golpe de 1964 aconteceu: ''justamente porque se estava avançando e caminhando em direção à ampliação de direitos de cidadania [...].[IV] . Em nossa compressão, o papel dos comandos militares, tanto na derrubada da Democracia de 1946, tanto na constituição de um regime ditatorial de longo prazo, somente é possível com o apoio civil. Todavia, não existia um apoio integral da população civil a ditadura inaugurada em abril de 1964. É necessário, pontuar quem são os ''civis''. René Armand Dreifuss aponta que: ''Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de 'militar' por muitos estudiosos de política brasileira, predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.''[V]

Uma das ideias centrais do autor é compreender o golpe de 1964 como uma ação de classe, na qual os civis, classificados em sua leitura como "tecnocratas", fizeram parte do regime desde o golpe até os últimos momentos da ditadura. Muitos deles ocuparam cargos estratégicos e se notabilizaram politicamente dentro do governo como aliados. Outrossim, setores civis, como a Igreja e a imprensa, foram de suma importância para a promoção e manutenção do autoritarismo da ditadura de 1964. Destacamos, sobretudo, a imprensa; este meio teve um papel crucial ao apoiar tanto o golpe quanto a ditadura que se implantou logo em seguida. Assim, com o apoio dos comandos militares, de uma parcela da sociedade civil (sobretudo civis com poderes econômicos) e do Congresso Nacional, a Democracia de 1946 sofreu um golpe. A partir desse cenário, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão responsável pela inteligência e pelo Serviço Secreto no Brasil. O principal objetivo do SNI era assessorar o presidente da República, mas também monitorar e mapear possíveis ameaças ao regime.

Dentre os alvos estavam incluídas as redações jornalísticas do país inteiro. A responsabilidade dos agentes era coletar informações para outros órgãos de repressão, com o objetivo maior de assegurar os interesses da ditadura nos meios de comunicação.Com isso, gerava publicações favoráveis ao regime e validação do status de legalidade. Com o Ato institucional nº 5 (AI-5), alguns setores da sociedade brasileira procuraram se afastar do regime, foi nesse contexto que surgiram alguns jornais alternativos, com abordagens bem diferentes dos jornais tradicionais. Com características contraculturais e de resistência, passaram a ser comercializados e compartilhados no país de forma clandestina e com problemas estruturais de impressão e produção. Essas produções alternativas se notabilizaram por serem exemplos de resistência ou oposição ao regime ditatorial no Brasil.

Todavia, será que o jornalismo tradicional foi integralmente apoiador do autoritarismo, atribuídos ao regime? Houve ou não resistência contra as arbitrariedades do Governo na imprensa tradicional, antes mesmo dos jornais alternativos? Existindo marcas de resistência no jornalismo tradicional, significa que periódicos alternativos não foram pioneiros na resistência contra à ditadura de 1964 no Estado do Piauí?

No presente texto, pretendemos discutir e responder algumas dessas questões, com um foco especial no jornalismo do Piauí. Nosso objetivo é examinar como a imprensa tradicional do Estado abordou a construção da ditadura entre nos anos iniciais do regime (1964-1968). Nesse contexto, avaliaremos se houve atuações de resistência à ditadura nos veículos de

comunicação tradicionais do Piauí. Para isso, realizamos uma pesquisa que envolve análise bibliográfica, documental e hemerográficas. As principais fontes primárias incluem relatórios do Serviço Nacional de Informação e os periódicos, *O Dia*, *Estado do Piauí* e o *Jornal do Piauí*.

A posição do jornal *O Dia* diante o golpe de 1964

Com o Golpe de 1964, a imprensa escrita piauiense apoiou o movimento golpista. Jornalistas como Simplício de Sousa Mendes produziram crônicas de opinião a favor dos militares e da ‘‘Operação Limpeza’’, com o objetivo de ‘‘limpar’’ o Piauí. Para Jorge Ferreira e Ângela Gomes; ‘‘a limpeza era também um projeto contra os trabalhistas, os comunistas, os sindicalistas, os subversivos em geral. Os que seriam chamados de inimigos da Revolução vitoriosa’’[VI] , aqueles que não concordavam com as diretrizes estabelecidas pelo governo eram ditos como subversivos e comunistas, ameaças à segurança nacional.

No Piauí a nota – documento – inaugural da Operação Limpeza no Estado foi produzido pelo chefe da Guarnição Federal de Teresina, coronel Mascarenhas Façanha, na qual deixou claro o clima de ditadura que estava sendo inaugurado. Este texto integra notas oficiais da Guarnição Federal de Teresina, com conteúdo autoritário, ao qual foram publicadas no Jornal *O Dia*, sem nenhuma crítica do editorial.

Em uma dessas notas, o chefe da Guarnição Federal de Teresina, deixou claro o clima de ditadura que estava sendo inaugurada:

> Recomenda a todos, indistintamente, que se abstenham de participar de quaisquer pronunciamentos ou manifestações públicas, que, porventura, venham a perturbar o clima de tranquilidade [...], os quais serão enérgicas e prontamente reprimidos.[VII]

Além disso, o mesmo jornal publicou em 5 de abril de 1964, uma matéria cujo sua manchete foi intitulada; “Desbaratado o Partido Comunista, Secção do Piauí”. O texto destacou que haviam sido presos vários comunistas do Piauí. Além de ter sido descoberta a sede do movimento “vermelho” na Rua Santa Luzia, em Teresina”.[VIII]

Já no dia 9 de abril daquele ano, os militares de Teresina-PI divulgaram na imprensa piauiense a chamada “Lista Fatal”, que segundo eles próprios, teria sido feita pelos comunistas e subversivos do Estado. Nesta lista, existiam nomes “marcados para morrer”. Entre os nomes divulgados nesta suposta lista, estavam os do jornalista Simplício de Sousa Mendes e do Coronel Francisco Mascarenhas Façanha.

Em síntese todas essas manifestações autoritárias, acusações sem direito de defesa por parte dos acusados e violações dos direitos humanos, foram destacadas no periódico *O Dia* ao longo do mês de abril e maio. Sem nenhuma crítica as imposições e ameaças do cel. Mascarenhas Façanha.

Outra forma de demonstrar apoio à ditadura, manifestada no periódico, foi a convocação da população local para a intitulada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O evento, que aconteceu primeiramente em São Paulo – capital – em 19 de março de 1964, ficou marcado como uma oposição às Reformas de Base proferidas pelo presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil. O movimento foi construído em São Paulo, mas outras regiões do Brasil também reproduziram outras ‘‘Marchas da Família’’.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

A repetição de atos como este, estavam enveredados pela tentativa de justificar o caráter "revolucionário" do golpe de 1964, justamente pela presença de grupos sociais nas ruas do país. Nesse sentido, a primeira frase da matéria é puramente ufanista e fora da realidade teresinense, segundo a matéria:

> Teresina viveu ontem um de seus dias históricos mais expressivos, quando realizou a MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE. Foi o acontecimento mais importante de que se tem notícia na vida da capital piauiense, em todos os tempos.[IX]

A questão primordial é que a capital do Piauí não poderia ter como fato mais importante a promoção de um Golpe de Estado. Tratava-se de uma cidade marcadamente por problemas estruturais, como falta de energia elétrica, insegurança alimentar e um urbanismo desvinculado do planejamento para as zonas mais afastadas do centro. Os dados do IBGE indicam que, nos anos 1960, a população teresinense estava em torno de 144.799. Nesse sentido, a maioria dessa população não tinha acesso a serviços básicos de saneamento, energia, logística, lazer, cultura e educação.

As ruas de Teresina eram cheias de buracos e mal iluminadas. As poucas vias pavimentadas estavam no centro da cidade. Não havia universidade, apenas faculdades, como a Faculdade de Direito, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí e a Faculdade de Odontologia. Todas foram polos de referência no contexto estadual; no entanto, a construção de uma universidade foi um sonho conquistado somente na década de 1970.

A alimentação do povo teresinense também era comprometida por três fatores: a inflação dos alimentos em gradual aumento, o desabastecimento regular de carnes e, por último, a falta de saneamento básico nos açougues e matadouros.

Nesse contexto, quando o Jornal *O Dia* coloca uma manifestação favorável ao Golpe de 1964 como o grande acontecimento na capital do Piauí é fundamental questionar esse levantamento, sobretudo pela própria realidade do povo piauiense. Assim, é muito importante salientarmos esses detalhes, pois não se tratava de um periódico qualquer, mas de um dos principais veículos de comunicação do Estado.

A trajetória do jornal mostra o quanto ele foi importante no Piauí, uma vez que ele passou diversas transformações e disputas em torno da sua posse. Este jornal foi fundado em 1951 por Leão Monteiro. No ano de 1959, o periódico, especialmente sob a direção do jornalista A. Tito Filho, iniciou uma vigorosa campanha oposicionista ao governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.

Em 1962, durante o período eleitoral, Chagas Rodrigues tomou a decisão de arrendar o jornal, delegando a redação a profissionais da sua confiança.[X] Com a aquisição em 1964 pelo coronel Octávio Miranda, o periódico passou por uma significativa transformação, modernizando suas linhas editoriais e aumentando seu conteúdo e número de páginas.

Após o Golpe de 1964, o mesmo empresário comprou o material do extinto Folha da Manhã.[XI] Assim, com mais equipamento, *O Dia* passou de bis semanário para um jornal diário. Ou seja, compreendemos que um dos principais jornais do Piauí, em termos de produção e divulgação, era também um reprodutor das visões da ditadura, apoiou o Golpe de 1964, não questionou nenhum ato autoritário por parte das autoridades piauienses e em um contexto de pobreza material nas redações, o periódico que mais tinha recebido investimento em material e

aumentara sua capacidade de produção na capital do Piauí, era justamente um meio de comunicação favorável ao Golpe e à ditadura implantada a partir de 1964, inclusive o diretor deste jornal fora elogiado pelos agentes federais do Serviço Nacional de Informações (SNI) por ser “integrado"[XII] aos princípios da ditadura.

As faces do jornalismo tradicional piauiense e a ditadura (1964-1967)

Com o Golpe de 1964, o Brasil foi palco de diversas transformações sociais, políticas e econômicas; algumas delas foram rápidas, e outras, edificadas de forma lenta e gradual. Nesse contexto, é importante salientarmos que, nesta primeira fase, o regime autoritário foi marcado pela tentativa de combinar preceitos liberais ao autoritarismo de Estado.[XIII]

Essa foi uma das características do governo do ditador marechal Castelo Branco. Seu governo foi responsável pela institucionalização da ditadura. Inicialmente, seu mandato deveria ser de abril de 1964 até o ano seguinte, pois, em teoria, ele estaria substituindo o mandato do ex-presidente João Goulart. Todavia, conforme os prazos estavam se encerrando – mandato presidencial e AI-1 –, estabeleceu-se uma crise pelas eleições de 1965. Como "solução", a resposta para a crise foi a continuidade do processo de institucionalização da ditadura.

Assim, Castelo Branco editou o Ato Institucional nº 2. Com ele, o presidente poderia voltar a suspender o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares e punir cidadãos civis por meio de demissões ou até mesmo suspensão de direitos civis. Outra forma de autoritarismo do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos da época e a criação de uma reforma política voltada ao bipartidarismo, como estratégia de transmitir legalidade ao regime.

Assim, foram criados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Os políticos do PSD, da UDN e outros partidos alternativos que apoiaram o Golpe de 1964 formaram a base da Arena. O papel do MDB era representar uma oposição à base governista; sua composição foi feita por antigos políticos do PTB – daqueles que não foram cassados – e outras siglas ligadas a movimentos de esquerda. Além disso, este ato institucional determinou a eleição indireta para o Poder Executivo.

O que provocaria o fim de outras crises de sucessão, ao mesmo tempo que neutralizava uma das bases da democracia de 1946. E mesmo assim, a ditadura, ainda não saciada pelo poder, editou, no mesmo ano 1966, o Ato Institucional nº 3, determinou eleições indiretas para governadores estaduais, por meio das respectivas assembleias regionais e a escolha para prefeitos das capitais de Estado pela indicação dos governadores. Ou seja, o voto direto perdia cada vez mais força e valor. A ditadura caminhava a passos largos rumo a um aparelhamento das forças públicas.

Nesse sentido, esse quadro nacional teve reflexões imediatamente em toda as esferas do poder político brasileiro. Em termos regionais do Piauí, a Arena-PI foi formada sobretudo por ‘‘antigos’’ políticos do PSD- UDN, a maior liderança foi Petrônio Portella Nunes como governador do Estado, mas também existia o médico e prefeito de Teresina Hugo Bastos e seu vice Wall Ferraz[XIV] , além de outros nomes como João Clímaco de Almeida[XV], Helvídio Nunes[XVI] e Sebastião Rocha Leal.[XVII]

É importante ressaltar que a historiografia apresenta uma lacuna em relação aos estudos sobre o período inicial da ditadura militar de 1964 no estado do Piauí. Principalmente no que diz respeito às experiências dos presos políticos locais após o golpe. Por exemplo: como ocorreu o retorno desses indivíduos à vida civil? Eles conseguiram reaver seus empregos? Figuras

públicas que foram interrogadas ou detidas enfrentaram obstáculos para se reinserirem em um contexto social dominado por estruturas autoritárias?

Outros pontos demandam reflexão, como o destino dos militantes do antigo PTB piauiense após a dissolução do partido. Eles integraram-se ativamente ao MDB ou foram excluídos da disputa política, mesmo que desejassem permanecer nela? Além disso, é relevante investigar se houve resistência organizada contra a Arena-PI ou se a imprensa local, em algum momento, abriu espaço para questionamentos ao regime autoritário, mesmo que de forma moderada. Essas incógnitas destacam a necessidade de aprofundar pesquisas sobre esse capítulo da história política e social do Estado.

Nosso texto propõe discutir apenas uma dessas questões, mas de forma introdutória. O que significa que nosso objetivo não é uma análise holística da imprensa tradicional piauiense no pós-1964, mas sim uma introdução a uma questão até agora não explorada na historiografia local, no que diz respeito a se houve ou não resistência contra o regime na imprensa tradicional do Piauí. Um dos caminhos que utilizamos é analisando parcialmente a eleição estadual de 1966 e algumas produções jornalísticas nos periódicos *Estado do Piauí* e *Jornal do Piauí*, justamente por terem sido redações ocupadas por profissionais diversos, dentre alguns, estavam partidários do MDB.

Nesta disputa o MDB- PI tinha nomes concorrendo para diversos cargos como Abdon Martins Nunes, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Alberto Freitas Santos, José de Arimathéia Tito Filho, Constantino Pereira de Souza e outros. Em termos eleitorais, o MBD elegeu 7 Deputados Estaduais contra 34 da ARENA.[XVIII]

A partir desses resultados, como a imprensa piauiense reagiu? Ou seja, a imprensa piauiense sofreu alterações de alguma natureza justamente por conta dos resultados eleitorais? O jornalista Alberoni Lemos Filho[XIX] descreveu a situação como uma relação baseada entre resultado eleitoral e reação editorial, sobretudo pela força dos proprietários; "[...] jornalismo no Piauí era feito por 'donos de jornal', isto é, o dono do jornal, por interesse ou idealismo, era dono e redator do jornal [...] Acabou a eleição, acabou o jornal".[XX] Assim, nesta perspectiva, as urnas não apenas decidiam os futuros governantes do Piauí, mas também geravam impactos nas redações. Isso acontecia, justamente porque o poder de investimento nas redações era mais acessível quando os aliados dos proprietários dos jornais estavam eleitos e empossados. Isso quando os próprios donos de periódicos também não eram políticos eleitos.

Todavia, salientamos que nem sempre os jornais eram fechados. Muitas vezes os meios de comunicação eram alvos de fortes alterações, seja na equipe de escritores, seja na disponibilidade de material de impressão e divulgação, em virtude dos resultados eleitorais. Desse modo, em algumas oportunidades o nome do jornal era mantido, mas internamente tinha sua diretriz de formação editorial era alterada. A ''capa'' permanecia, mas suas perspectivas e abordagens mudavam conforme a nova equipe de escritores.

A questão principal para nossa proposta é: como seria formada a imprensa de oposição no Piauí? Os integrantes do MDB-PI teriam espaço para expressar suas ideias e atacar os grupos da Arena, tal como acontecia entre os jornais ligados ao PTB e os periódicos do PSD-UDN antes do Golpe de 1964?

Em síntese, não existiu, nos primeiros estágios da ditadura de 1964, uma oposição clara e bem formada contra os membros partidários da Arena na imprensa tradicional piauiense. A situação começa a mudar com a formação do MDB no Estado. Observamos um número de

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

jornalistas opositores do ‘‘antigo’’ PSD-UDN, organizados, após 1964, no periódico *Estado do Piauí*. Este periódico apoiou a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", o que, em nossa visão, é um apoio ao Golpe de 1964.

Outro elemento analítico fundamental é que, pouco tempo depois, o mesmo jornal chegou a empregar jornalistas presos ou interrogados pela ditadura de 1964 para formar sua base de escritores no mesmo periódico. A jornalista Iracema Santos Rocha da Silva é um claro exemplo disso.

Nesse contexto, é necessário destacar o percurso do referido jornal, até a segunda metade dos anos 1960. A priori, ele foi fundado em 27 de outubro de 1927. Durante os anos 1940, o veículo manteve uma boa relação com o governo do interventor Leônidas de Castro Melo. Sua base de trabalhadores e apoiadores era formada por Ney Baumann, Lino Correia Lima, Edgar Nogueira e Lindolfo Monteiro. Em 1958, o mesmo periódico destinou apoio a Francisco das Chagas Rodrigues, candidato vencedor ao governo do Estado do Piauí pela coligação PTB-UDN. Assim, jornalistas, cronistas e escritores em geral passaram a publicar mensagens favoráveis ao PTB e ao governador.[XXI]

A posteriori, com o Golpe de 1964, a configuração do jornal muda; suas mensagens em prol do PTB deixam de ser destacadas. No entanto, notícias sobre a fundação do MDB e até mesmo comemorações relacionadas ao partido podem ser localizadas no periódico. O Jornal adotou o seguinte lema: ‘‘Órgão Independente, Político e Noticioso’ ’Um dos seus administradores e diretor foi Josípio da Silva Lustosa, um homem com carreira jornalística, mas também política. Durante o governo Chagas Rodrigues (1959-1962) foi diretor geral da Fazenda.

Mesmo com a derrota do candidato do PTB, Constantino Pereira, Josípio Lustosa também trabalhou no governo Petrônio Portella (1963-1966). Todavia, por atritos internos, saiu dos órgãos públicos e passou a fazer oposição ao governo na imprensa teresinense, sobretudo no Jornal Estado do Piauí.[XXII]

Outros componentes do jornal eram Hermes Dias Pinheiro, Francisco Cunha e Silva, José Eduardo Pereira, Ofélio das Chagas Leitão e A. Tito Filho[XXIII], Iracema Santos Rocha e outros nomes. Dentre esses citados, pelo menos três disputaram eleição (Estadual/ Federal) pelo MDB em 1966. Ou seja, neste jornal existia profissionais da imprensa, políticos e possíveis adversários da Arena, o que se configura como mais um elemento de análise. Estamos tratando de um jornal eminentemente político, cujo sua base era formada por ‘‘rivais’’ do partido dominante.

Uma expressão desse caráter político e ao mesmo tempo interessante para nossa abordagem de pesquisa, é um texto do jornalista Francisco Cunha e Silva sobre democracia e eleições. Vale destacar que este escritor já era um jornalista experiente na segunda metade dos anos 1960. Ao longo da sua carreira trabalhou nos jornais*: Gazeta, O Tempo, O Dia, Jornal do Piauí, Estado do Piauí, A Luta, O Pirralho*, além de outras atividades profissionais, como professor de filosofia e diretor do Liceu piauiense[XXIV].

Desse modo, Cunha e Silva, impactado sobre o debate se haveria ou não eleições em 1965, publicou uma crônica cujo conteúdo pode ser classificado como paradoxal. Justamente, porque um dos pontos mais interessantes é sua abordagem quanto ao caráter democrático ou não do governo militar. Ao mesmo tempo, o texto não pode ser visto como uma crítica ao regime ditatorial.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

> Esperava que a Revolução de 31 de março dessa outra feição à vida pública do país com a renovação dos seus quadros administrativos e políticos. Mas o que se viu em quase todo o país foi a continuação de camarilhas políticas em posições de mando e no gozo de influência política, colocando. em cargos importantes amigos e parentes. Pouca mudança houve nos usos e costumes da política brasileira. Os cambalachos não se acabaram A advocacia administrativa pode ter diminuído, mas não desapareceu. O afilhadismo ainda existe aqui e acolá. Os contrabandos e os desvios de dinheiro não são apenas coisas do passado. Não vejo motivo, portanto, para que os senhores que estão no governo da Nação estejam de encontro ao retorno do País ao quadro da legalidade e da sua vida constitucional de maneira completa, sem restrições. O Brasil não pode é continuar com um governo que não é bem democrático nem ditatorial propriamente dito.[XXV]

A crônica diz respeito a uma série de promessas feitas àquilo que ele denomina de ‘‘Revolução de 1964’’ que nunca foram cumpridas, como a moralização da sociedade. Para o autor, o Piauí ainda vivia com práticas arcaicas da sociedade brasileira, até mesmo casos de ‘‘contrabando e desvios de dinheiro’’.

O cronista defende que o regime não deve voltar à legalidade, ou seja, deveria continuar do jeito que estava até que as promessas de moralidade fossem cumpridas, reconhecendo, portanto, que não se vivia dentro do ordenamento jurídico constitucional. A partir disso, defendemos que o texto não é de resistência, nem de oposição ao governo ditatorial. Apesar disso, chega inclusive a destacar que o regime brasileiro não era democrático.

Analisamos que a crônica toca em questões sensíveis ao governo por dizer que a ‘‘Revolução de 1964’’ não cumpriu o que prometeu, isso não era uma abordagem defendida pelos militares. A proposta dos militares para a imprensa tradicional era que suas abordagens elogiassem a situação do país e do governo. Ou seja, temos uma crônica ambígua, pois não aborda uma perspectiva de adesão completa à visão defendida pelo governo, mas também nega que existisse um governo democrático. Não concordamos que Cunha Silva, nesta crônica, tenha escrito algo de resistência contra a ditadura.

Outrossim, no ano de 1967, localizamos uma crônica produzida por Iracema Santos Rocha da Silva, no jornal *Estado do Piauí*, que continha mais do que apenas críticas a grupos opositores, críticas à ditadura civil-militar de forma clara e objetiva. Vale destacar que além de uma personalidade do jornalismo piauiense – radiofônico e escrito –, também era professora e candidata em algumas oportunidades ao longo de duas décadas. Em 1966 disputou o cargo de Deputado Estadual, conquistou 1214 votos e terminou como suplente.

Já durante o processo democrático, disputou uma eleição municipal de Teresina em 1962, perdeu somente para o eleito, o médico Hugo Bastos, ao qual foi indicado por Petrônio Portella Nunes. Em 1962, participou ativamente da fundação da Liga Feminina Trabalhista, setor feminino do PTB, e chegou a liderar esta liga a partir de 1963, neste mesmo ano a personalidade integrou-se à Frente Mobilização Popular de Teresina.

Como militante dos dois grupos políticos, apoiou os policiais militares do Estado do Piauí e civis – sobretudo os familiares dos policiais – em um movimento rebelde na cidade de Teresina em agosto de 1963. Movimento este que almejava aumento de vencimentos, como forma de vencer a fome que se alastrava pelo Estado como todo e que era potencializado pelo aumento descontrolado do custo de vida – inflação.

Em 1964, foi presa em Teresina-PI sob as acusações de subversão e comunismo, no Inquérito Policial Militar n°42, da 10 ° região Militar e do 25° Batalhões de Caçadores. O

processo foi organizado pelo Major Idalécio Nogueira Diogenes. No entanto, no caso da referida personalidade foi anulado sob falta de provas. Assim sendo, a jornalista e professora foi liberada, todavia, não poderia integrar movimentos sociais, nem grupos contestadores de caráter popular. Apesar disso, participou dos primeiros movimentos do MDB no Piauí e foi candidata seguidas vezes até a década de 1970.

Em uma de suas abordagens, a cronista social expressou o que podemos considerar como uma crítica ao regime na imprensa tradicional do Piauí. Além disso, em sua mensagem está explícito o caráter do medo e insegurança por verbalizar sua visão da realidade. Nesta crônica, existem elementos incomuns e proibidos na imprensa tradicional. O contexto da produção refere-se à manutenção do poder municipal de Teresina pela ARENA. Nesse sentido, a comunidade local debatia quem seria o próximo prefeito da capital do Piauí; um dos nomes cotados era o do atual prefeito, Hugo Bastos, pois ele era um nome forte no partido da situação. A partir desse cenário, a jornalista tece uma crítica fora do padrão do jornalismo tradicional – talvez até do jornalismo alternativo da época.

> [...] Diversas pessoas vêm me perguntando o que acho da permanência do Dr. Hugo Bastos à frente da municipalidade. Até agora, me recusei ao debate do assunto. Está-se a viver um sistema político notavelmente diferente dos anteriores, para a escolha dos prefeitos das capitais. Já não é mais o voto popular que vai influir nessa indicação, mas a necessidade e conveniências políticas do Governador do Estado [...][XXVI]

Diferente da abordagem do escritor Cunha e Silva, a cronista apresentou na imprensa piauiense um texto com vários elementos, alguns suscetíveis para um enquadramento de resistência. Em primeira análise, destacamos novamente o medo explícito no texto. ‘‘Até agora, me recusei ao debate do assunto’’. Justamente, porque responder ao povo piauiense as razões pela qual um prefeito eleito durante a democracia de 1946 iria continuar, mesmo sem eleição, era por si só um desafio, tendo em vista a fúria da ditadura contra o sufrágio universal do voto popular.

Todavia, mesmo assim, a resposta foi escrita e publicada na imprensa tradicional. O conteúdo de resistência é curto, mas surgiu ao explicar as razões do porquê o prefeito Hugo Bastos ficaria no poder, mesmo sem eleição direta: o sistema político, já não era mais democrático. A autora descreve como “notavelmente diferente dos anteriores”. Mas deixa claro – sem linguagem barroca ou indireta – que esse sistema é diferente porque não é o povo quem decide, mas as “conveniências políticas” dos donos do poder político.

A questão principal é que textos com abordagens como essa não são comuns na imprensa tradicional piauiense ao longo da ditadura civil-militar, o que indica que não tivemos um movimento grande e coeso de resistência na imprensa tradicional.

Mas que o fato da existência de textos dessa natureza indica que houve a tentativa de resistência dentro mesmo da imprensa tradicional, algo que fora impedido sua proliferação no Piauí por meio do medo, opressão e censura, sobretudo após o AI-5 que fortaleceu a repressão em níveis jamais vistos na história republicana do Brasil.

Todavia, uma indagação comum referente ao conteúdo abordado é: por que ele não foi censurado, uma vez que questiona um dos sistemas da ditadura? Em primeiro lugar, precisamos nos atentar aos detalhes disponíveis. Pois, o texto foi publicado em janeiro de 1967, ainda quando não se sabia quem seria o prefeito nomeado.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

Dentre os nomes mais citados na imprensa piauiense, o do então prefeito, Hugo Bastos, era o mais referenciado, justamente por ser um aliado de longa data do então governador. No entanto, ele ainda não estava confirmado oficialmente como prefeito nomeado pelo sistema do regime. Além disso, por se tratar de um texto apresentado em janeiro de 1967, ele foi anterior à lei de imprensa da ditadura de 1964. O que não significa que o autoritarismo, a repressão e o cerceamento inaugurados a partir de abril de 1964 não ressoassem nas redações. Até porque, se nenhum desses elementos tivesse interferido nas abordagens da imprensa, poderia ter existido mais criticidade e disputas políticas, como era antes do Golpe de 1964. O que não era a realidade no Piauí, nem no Brasil como um todo.

Ou seja, não é porque os militares fizeram um novo arranjo de censura somente em fevereiro de 1967 que o período anterior a esse arranjo tenha sido marcado por uma imprensa livre, tal como existia na democracia na qual foi redigida e promulgada a última lei de imprensa. A crônica de Iracema Santos Rocha foi publicada aproximadamente um mês antes da nova lei de imprensa da ditadura civil-militar e 22 meses antes do AI-5. Para Kushnir, a nova lei de imprensa de 1967 já tinha um caráter mais autoritário e pré-AI-5. Era a Lei de Imprensa, n º. 5.250 de 09/02/1967, que nos seus principais artigos estabelecia:

> [...] livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. Continua no parágrafo 2 º.: [...] o dispositivo nesse artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitas à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas em relação aos executores daquela mídia.: [...] Art . 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem. Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos dêste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos. Art . 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.[XXVII]

Nesse sentido, este dispositivo tinha como objetivo restringir ainda mais a liberdade de pensamento. A estratégia em criar um sistema de censura gradual era também uma estratégia voltada para transmitir uma imagem de que havia democracia no pós-1964. Quando a ditadura enfrentou uma nova crise em 1968, a resposta veio por meio de mais censura e repressão. No entanto, essa censura será institucionalizada e, sobretudo, centralizada no Ministério da Justiça, com o apoio das forças federais e estaduais.[XXVIII]

A crônica da jornalista piauiense aqui analisada foi anterior a uma nova etapa da censura ao jornalismo brasileiro e anterior ao AI-5, possivelmente, não foi censurada por esse contexto. No geral, é um texto interessante do ponto de vista da resistência e oposição à ordem do momento, por tocar em pontos sensíveis às lideranças, que quase nunca eram mencionadas por outros comunicadores sociais na região.

A partir do AI-5, a repetição de textos como esse ou do próprio Cunha e Silva tornou-se cada vez mais incomum na imprensa tradicional piauiense. Ataques e disputas políticas continuaram na parte final da década de 1960, mas, conforme o regime avançava em seu projeto

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

autoritário, mais a imprensa foi moldada e polida pelos militares, seja pela censura, seja pela autocensura.

Para Maria Aparecida de Aquino Silva, "[...] o marco de uma censura política lentamente institucionalizada é estabelecido a partir de 13 de dezembro de 1968, data da edição do AI-5".[XXIX] Isso não significa que, antes do AI-5, a censura e a autocensura não estivessem presentes nas redações pelo Brasil. A situação pós-1968 corresponde a um contexto de potencialização do autoritarismo, censura e repressão, no qual esferas do Estado brasileiro foram cada vez mais cercadas e cerceadas até chegar-se ao auge da vigilância e opressão, culminando nos "Anos de Chumbo".

Ou seja, a questão crucial é que o AI-5 inaugurou uma potencialização do autoritarismo de Estado jamais vista na história nacional do Brasil. No entanto, antes deste ato institucional, o país já vivia uma ditadura marcada por uma série de arbitrariedades. A fase inicial da ditadura foi quase totalmente perpassada durante o governo Castelo Branco (1964-1967). Este governo foi marcado por "[...] cassações, suspensão temporária do Congresso, demissões, prisões e tortura [...]".[XXX]

Um dos termos para classificar o grupo encabeçado por Castelo Branco era chamado de Linha Moderada, por, em "tese", defender um autoritarismo mais limitado do que as lideranças militares que apoiaram o AI-5. Marcos Napolitano descreve que os "moderados" também ficaram satisfeitos com o AI-5[XXXI] ,o que indica que havia diferenças entre as duas linhas, porém quando a questão era frear uma possível retomada da democracia, as duas linhas dialogavam de forma mais coesa e alinhada, pois o objetivo de ambos eram continuar no poder sob este projeto autoritário.

Desse modo, o projeto do AI-5 garantia a suspensão do *habeas corpus* para determinados crimes, o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, a autorização para o Presidente da República decretar estado de sítio por tempo indeterminado, suspender direitos políticos e cassar mandatos eletivos, além de permitir o confisco de bens privados e a intervenção em todos os estados e municípios. Isso atingia a sociedade brasileira, em todos os setores artísticos, culturais, sociais e consequentemente na política.

> Naquele momento do final da década de 1960: "a fúria repressiva da ditadura insinuava querer estancar e suprimir – imediata e definitivamente – qualquer manifestação cultural que apresentasse o mais leve indício de significado crítico e político ou, ainda, uma natureza ideológica radicalizada.[XXXII]

Pelo seu caráter rigoroso, o AI-5 teve reflexos em tudo, inclusive na imprensa. Desse modo, o Ato Institucional nº 5 foi publicado em 13 de dezembro de 1968. Um dia depois de sua publicação, a imprensa piauiense já repercutia em seus periódicos. Analisando a chegada do AI-5, destacamos que o periódico *Jornal do Piauí*[XXXIII] não apresentou oposição ao projeto. A linha editorial propôs destacar, em algumas edições, as características centrais do novo Ato Institucional para o leitor piauiense.

No periódico publicado no dia 17 de dezembro, o jornal destaca, em um primeiro momento, que o AI-5 foi lido para o Congresso Brasileiro. Em um segundo momento, a matéria traz o que seriam os "bastidores" de alguns políticos do partido de oposição na Arena. A engenharia textual tem um conteúdo panorâmico da leitura do AI-5 para os representantes da

oposição. Ela tem ainda mais relevância, pois trazendo as primeiras reações dos parlamentares do MBD, a crônica traduz em certa medida o assombro que representou o AI-5 para alguns parlamentares.

> [...]Começam a retirar-se funcionários da ARENA [...] Alguém do gabinete do Dr. Mário Covas, no entanto, recomenda silêncio. Ato vai ser lido-exclama alguém. Mário Covas tem um rádio sobre a mesa. Atropelam-se os ouvintes. No gabinete ao lado, o Sr. Geraldo Freire há também correria e psiu. Mais longe o Sr. Bonifácio recomenda que todos em seu gabinete façam silêncio. O Sr. Fernando Gama aplica alguns golpes no rádio, de lado. O líder Covas ajusta o seletor de canal. Outras rádios, em pequenos grupos no gabinete do MDB, provocam interferência. O deputado Pereira Pinto tenta corrigir a tonalidade, mas recebe violento golpe. Afinal pode ouvir-se o locutor. A deputada Ivete Vargas, que está de pé, pede para sentar-se. E à proporção em que o locutor lê Ato Institucional, são feitos alguns comentários, mas o líder Covas insiste que que permaneçam todos silenciosos. Reagrupam-se. A leitura termina. Os oposicionistas pedem que os jornalistas se retirem, pois pretendem discutir, a portas fechadas, a situação. Dez minutos depois, no entanto, encerram a reunião, informando que não haviam chegado a qualquer resultado. Aparece o Sr. José Bonifácio, que ouvira a leitora do documento na companhia de alguns deputados e de seu filho, o deputado estadual mineiro, José Bonifácio de Andrada, além do diretor-geral da Câmara, sr. Luciano Brandão, e do secretário da Presidência, sr. Paulo Afonso Oliveira. Lê-se na sua fase grande aflição.[XXXIV]

A matéria não traz uma crítica direta ao AI-5. Mas, ao narrar as observações políticas do momento da leitura do ato, a matéria procura traduzir a expressão do medo que predominou no Congresso Brasileiro, por parte da oposição da Arena. Ao destacar, no final da crônica, a aflição lida no rosto do secretário Paulo Afonso, o jornal poderia induzir o leitor a questionar a razão desse medo.

Ademais, ao mesmo tempo em que a censura mais severa e institucionalizada se instalava nas redações do Piauí, esse processo foi acompanhado pelo projeto de modernização da imprensa local. Em termos nacionais, os parques editoriais do centro-sul iniciaram seu processo de modernização ainda na década de 1950.[XXXV] Mas, no Piauí, esse processo foi iniciado no final da década de 1960 e atingiria seu "auge" no primeiro governo de Alberto Tavares da Silva (1971-1975). Nesse sentido, ao longo da década de 1970, era bastante comum que os grandes jornais piauienses promovessem de forma mais intensa e eufórica tanto o governo federal quanto os feitos do Governador Alberto Silva.

> Nesse sentido, os meios de comunicação passaram a ser fundamentais na construção de uma imagem próspera de país, uma vez que parte dos jornalistas e das empresas de comunicação, dentre tantos setores da sociedade civil que apoiaram os governos militares, passaram a contribuir com a autocensura, sendo mais um "alicerce" dessa ditadura como fruto de um acordo civil-militar.[XXXVI]

No contexto do Piauí, a imprensa local recebeu bastante atenção do governador Alberto Silva, e as linhas editoriais foram modernizadas. Com a censura, os elementos críticos dos editoriais, ficaram de lado. Isso representou para o leitor piauiense a predominância de informações vinculadas ao otimismo, à alegria e ao orgulho, que eram justamente a intenção do governo militar. Foi um elemento tão marcante que, mesmo após anos do fim da ditadura civil-militar, ainda existiam admiradores do governador Alberto Silva e de seus "Anos Dourados".

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

Desse modo, ‘‘houve um controle, mas também incentivo àqueles que se aproximavam das cercanias do poder, seja por adesão explícita e / ou relações de cumplicidade’’.[XXXVII]

Serviço Nacional de Informações e seus objetivos

Antes de destacarmos a presença do SNI no monitoramento da imprensa tradicional piauiense é necessário contextualizar suas origens e objetivo central. Destacamos, a priori, que a inteligência ou serviço secreto brasileiro foi transformado pela ditadura civil-militar de 1964, desde os primórdios do regime.

A priori, os militares, ao longo da Democracia de 1946, almejaram modernizar os aparatos de segurança do país. Dentre os setores de segurança priorizados, estava a área da inteligência (serviço secreto). Este, por sua vez, foi edificado na esfera federal desde 1927, no governo de Washington Luís.

Ao longo de regimes autoritários e de uma democracia (1946-1964), esse serviço sofreu modificações importantes, desde o aumento de divisões até a extensão do seu poder de alcance. Podemos citar alguns exemplos desses sistemas; por exemplo, a Marinha era a única que contava com um centro de informações próprio, o Centro de Inteligência da Marinha - CENIMAR, que, no entanto, era uma inteligência simples.

Para Ana Lagôa, as estratégias usadas contra a subversão tinham uma abordagem predominantemente policial; as informações vinham da Polícia Federal e as operações eram conduzidas pelos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que estavam sob o controle das Secretarias de Segurança Pública dos Estados;

No campo do exército, existia até então o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI), que foi um órgão nacional de inteligência. Embora tenha sido edificado pelo decreto n.º 9.775-A em 6 de setembro de 1946, durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra, somente foi efetivamente implementado em 1956, sob ordem do então presidente Juscelino Kubitschek. Era um programa atuante, mas tinha entraves estabelecidos pela Democracia de 1946. Um dos objetivos do Golpe de 1964 era criar um sistema de inteligência mais estruturado do que o SFICI, com mais verbas e poderes.

É neste contexto que o criador oficial do SNI em 1964, Golbery do Couto e Silva, é reconhecido no campo da comunidade de informações, pois ele foi presidente do Conselho de Segurança do SFICI. Uma das características marcantes do militar era sua preocupação com o reconhecimento de informações. Além disso, suas ações no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) também lhe proporcionaram experiências no campo da coleta de dados e organização de informações.

Uma parte dos militares e agentes do SFICI estava também na ESG. Segundo Aloysio Castelo de Carvalho este grupo, desde o pós-guerra (1945), discutia a elaboração de novos sistemas de monitoramento como forma de aprimorar a comunidade de informações. Porém, razões econômicas e constitucionais impediam a criação e potencialização de serviços de inteligência. A situação muda drasticamente após o golpe de 1964, pois, a partir de 1º de abril de 1964, os militares golpistas poderiam criar uma estrutura de espionagem que colocaria seus interesses acima de qualquer direito civil.

Como já mencionamos, o país já contava com um serviço secreto, mas a novidade ou impacto novo reside no fato de que o SNI foi o serviço de inteligência que mais teve poderes em comparação com os outros serviços brasileiros ao longo do tempo. O que historiadores e

pesquisadores da área da comunicação social apontam é que o SNI foi formulado antes de 1964 pela ESG.[XXXVIII]

Na verdade, os militares chegaram em 1964 com ideias e projetos autoritários idealizados e organizados. A ESG foi uma das responsáveis pela potencialização da vigilância e do autoritarismo de Estado. Desde a década de 1950, a linha *Sorbonne* enxergava na comunidade de informações brasileira um sistema necessário de melhorias e ampliações. Nesse contexto, de acordo com Aloysio Castelo de Carvalho, nos arquivos da ESG podem ser encontrados registros de palestras oficiais americanas e até livros traduzidos pelos militares sobre abordagens de inteligência, sobretudo voltadas aos métodos da Agência Central de Inteligência americana (CIA).[XXXIX]

Nesse contexto, entre suas origens, destacamos a influência da Doutrina de Segurança Nacional – idealizado pela Escola Superior de Guerra –, mas o SNI também foi teve influência da Central de Inteligência Americana – CIA, todavia, o modelo brasileiro foi formulado e testado com base nas necessidades e prerrogativas nacionais.

Para Nilson Borges, podemos compreender a DSN, a partir do : [...] conceito moderno de Segurança Nacional (que) somente vai aparecer após a segunda grande guerra, mas nós 1930 já havia uma preocupação dos militares brasileiros em *formar uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da pátria''*.[XL]

Com o golpe e a DSN tudo isso foi possível, em menos de 4 meses de ruptura constitucional foi criado o SNI. A partir disso, o Brasil passou a ter um serviço secreto com poderes significativos. Foi criado um ‘‘verdadeiro monstro[XLI]’’ como bem resumiu Golbery Couto Silva, um dos criadores e primeiro chefe do órgão central da espionagem brasileira no regime pós-1964.

O caminho almejado pelos golpistas para o SNI, dizia respeito à neutralização dos ditos “comunistas, subversivos e corruptos”. A questão elaborada pelo Governo Castelo Branco pode ser resumida em “como identificar” tais “agentes ameaçadores” da “Revolução”. Nesse contexto, o sistema de vigilância foi desenvolvido com a premissa de que a informação e segurança nacional estão essencialmente ligadas e são fundamentais para a estruturação do Estado. Segundo a análise da Escola Superior de Guerra (ESG), responsável pela criação da Doutrina de Segurança Nacional e pela orientação ideológica do governo a partir de 1964, a atividade de inteligência tem como objetivo principal a produção de dados para assegurar a estabilidade do país.

> Desse modo, foi criado a comunidade das informações, sendo o SNI o órgão central dessa comunidade no Pós-1964. Justamente por ter sido edificada sob a ótica da DSN, o projeto de lei que propiciou a criação do SNI era surpreendente, tendo em vista a falta de limites que o serviço secreto brasileiro teria. Liberdades individuais, direitos políticos e civis em geral, todos colocados de lado perante o aparelho de espionagem da Ditadura de 1964.[XLII]

O primeiro passo para sua criação foi dado pelo ditador Marechal Castelo Branco ao enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei (n° 1.968). O artigo 2 deste projeto estabelecia seu principal objetivo: “O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessam à Segurança Nacional”.[XLIII]

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

Com a finalidade principal de reunir dados, essas informações seriam utilizadas contra a população brasileira. Nesse contexto, foram elaboradas medidas de repressão no país. O SNI, por sua vez, estabeleceu uma estrutura centralizada de dados, focando na segurança interna. Assim, ao ser aprovado o projeto de lei para a criação do SNI, Castelo Branco, no dia 13 de junho, sancionou a Lei 4.341, que extinguia o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI) e instituía o SNI.

O passo seguinte foi regulamentar o SNI, o que foi realizado no final do ano de 1964. Com apoio do congresso, foi criado a Agência Central do serviço na capital federal. Esta por sua vez, dividida em três partes: Seção de Informações Estratégicas, Seção de Segurança Interna e Seção de Operações Especiais.[XLIV] O artigo 4 deste decreto autorizou a criação de agencias regionais do SNI, sem imposição de limite de unidades. As primeiras novas unidades regionais estavam localizadas essencialmente nas regiões centro-sul do país, tais como em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná.

O Estado de Pernambuco foi a exceção nordestina no primeiro planejamento das agências regionais do SNI. Mas não demorou muito tempo para esse serviço se instalar nas principais capitais brasileiras. Enquanto as principais regiões estaduais não tinham suas sedes locais, o SNI poderia dialogar com forças policiais e militares de todas as federações. No entanto, isso não significa que, após a criação de novas agências regionais, esses diálogos fossem encerrados; na verdade, esse tipo de cooperação foi uma prática recorrente na atuação do SNI.

Segundo apuração de Lucas Figueredo, das 4.841 punições impostas durante 21 anos de ditadura, 2.990 ocorreram em 1964, sendo a maioria dessas ações de repressão orientadas a partir das informações do SNI.[XLV] As ações posteriores a dados do serviço afetaram brasileiros, desde demissões de professores universitários até atos mais violentos contra civis e políticos eleitos. Um parecer negativo do SNI poderia render aos alvos consequências severas. É fundamental compreendermos que a criação do SNI dizia respeito a um serviço voltado a produzir informações e contrainformações.

Mas, ao longo do tempo, suas ações foram sendo ampliadas e, portanto, este sistema foi utilizado por agentes repressivos, assassinos e torturadores. Todavia, existe um percurso institucional para que o SNI saísse de um serviço meramente informacional para um aparato da repressão (Monstro). Como descreve Carlos Fico : "o monstro seria criado depois da vitória da linha dura, que iniciou com a posse de Costa e Silva na presidência".[XLVI]

A partir de 1968, o SNI foi ampliado por meio do Conselho de Segurança Nacional. O conselho decidiu criar divisões de segurança e informações (DSI) para atuar em espaços específicos, como ministérios governamentais. Além disso, essas divisões respondiam aos ministros de Estado. Militares da linha dura também contavam com subdivisões da espionagem a seus serviços. Foi criada, neste contexto, a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) para finalidades específicas.

Com o fim da década de 1960, o serviço de inteligência foi sendo cada vez mais ampliado para "responder" aos "desafios" dos anos de chumbo. Foram integrados o Sistema Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN), ambos organizados pelo SNI e pelos DOI-CODI do Exército Brasileiro).

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

As quatro apreciações do poder: o SNI e os jornalistas piauienses

A história do Serviço Nacional de Informações no Estado do Piauí ainda carece de estudos mais aprofundados. Nossa proposta é analisar como a inteligência brasileira classificou os jornalistas piauienses. Nesse contexto, as informações sobre a imprensa piauiense eram coletadas por agentes da Polícia Federal ou militares federais. Boa parte dessas informações antes de chegarem à Agência Central do SNI, em Brasília, passaram pela sede da Polícia Federal em Fortaleza-CE e Recife-PE.

Após análises do conteúdo abordado pelos jornalistas piauienses, eram produzidos relatórios gerais. Os agentes federais também solicitaram dados sobre os jornalistas para sincronizar seus históricos com os conteúdos produzidos por eles. O relatório que vamos analisar é intitulado "Atividades de jornalistas em estados do Nordeste".

Sua datação é abril de 1970.[XLVII] Os dados dessa ação mostram que os agentes que produziram este relatório não foram revelados no documento, assim como diversos outros documentos produzidos pelo SNI. As informações básicas são: data de produção, código de referência e difusão – agência responsável pelo relatório. O assunto do documento é "Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da área (região nordeste)". O objetivo do relatório é citar os nomes dos jornalistas e uma breve apreciação deles.

O modelo deste documento é padronizado; primeiro, se destacava o Estado, seguido do nome do periódico e dos dados pessoais dos jornalistas, associados a uma análise de produção e atividades políticas. Assim, caso os jornalistas tivessem filiação ou ligações com partidos políticos, isso também era destacado. Em síntese, essas informações eram geradas no âmbito local e levadas para a agência central do SNI em Brasília, onde seriam analisadas por outros profissionais.

Destacando, sobretudo, o Piauí, os jornalistas foram classificados por níveis de produção: aqueles que tinham histórico de apoio ao Golpe e os que não produziam críticas ao governo, seja por autoritarismo ou por corrupção, eram classificados como “integrados às ideias da Revolução de 1964”.

Já aqueles escritores que tinham um passado marcado pela oposição ou não adesão ao Golpe de 1964, críticas em algum nível sobre a forma como os militares governavam eram classificados como personalidades de “ideologia política indefinida”. E aqueles que mantinham ‘‘neutralidade’’ máxima eram considerados indiferentes às ideias da ‘‘Revolução de 1964[1]’’.[XLVIII] Todavia, a apreciação de maior impacto era de ‘‘ não integrado com os ideais da Revolução’’. Essa é a mais incomum categoria. Foi utilizada para jornalistas que censuravam o regime em suas produções.

Apesar, dessa categoria ser apresentada pela vigilância federal no Piauí. Vale destacar que este relatório considera que, no jornalismo piauiense tradicional, não existiu nenhum profissional subversivo nem comunista.

Assim, começamos destacando o arquivo em questão. Nele em primeiro plano aparece diretor do periódico *O Dia*, Otávio Miranda, é destacado como integrado aos princípios do governo ditatorial. Essa afirmação é produzida pelos próprios agentes da ditadura, logo em seguida outros colaboradores do jornal são mencionados:

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

> Jornal: O DIA. Jornalista: OTÁVIO MIRANDA.[XLIX] Função: Diretor. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; democrata; integrado com os ideais da Revolução de 31 de março de 1964.
> Jornal: O DIA. Jornalista: SEBASTIÃO DA ALMEIDA NEGREIROS. Função: Comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais: caráter idôneo; integrado com as ideias da Revolução de 31 Mar 64.
> Jornal: O DIA. Jornalista: POMPÍLIO DOS SANTOS FILHO. Função: comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; democrata; embora declara-se desiludido; estudante de direito; indiferente com os ideais da Revolução de 31 de março de 1964**.**[L]

Uma das chaves interpretativas possíveis – colocando em questão não apenas a apreciação do relatório, mas também as produções do Jornal O Dia – era que o diretor do jornal *O Dia* era de confiança do regime, pois suas atividades lhe renderam uma análise bem-vista pelos avaliadores do SNI. Era um profissional integrado. Assim como Sebastião da Almeida. A diferença está em Pompílio dos Santos, que foi classificado como indiferente pela visão dos agentes.

Ademais, como complemento da nossa análise, destacamos os outros jornalistas dos periódicos impressos *Estado do Piauí* e do *Jornal do Piauí*, que foram citados neste texto e no relatório que analisamos. Seus nomes foram catalogados pelo sistema de monitoramento no mesmo relatório que evidenciava os integrados ao regime. No entanto, suas designações foram de jornalistas com "ideologia política indefinida" e um único caso de ‘‘não integrado’’ por censurar ‘‘as vezes’’ o regime.

> [...] g) Jornal: "ESTADO DO PIAUÍ". Jornalista: FRANCISCO DA CUNHA E SILVA. Função: Redator. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; ideologia política indefinida.
> h) Jornal: "ESTADO DO PIAUÍ". Jornalista: IRACEMA SANTOS ROCHA DA SILVA. Função: Comentarista. Apreciação: Capacidade profissional e conceito social considerados normais; caráter idôneo; ideologia política indefinida; ligada ao MDB [...]
> Jornal do Piauí. Jornalista: HERCULANO MORAIS DA SILVA FILHO. Função: comentarista. Apreciação: Capacidade profissional normal; conceito social regular; caráter idôneo; **ideologia política indefinida; não integrado com os ideais da Revolução de 1964, as vezes censura o Regime em seu artigo** (Serviço Nacional de Informações, 20/02/1970 – Grifo nosso) [...][LI]

O conteúdo dos relatórios mostra em primeiro lugar que a ditadura, através do seu sistema de vigilância violou uma série de direitos políticos e civis dos jornalistas. Os jornalistas piauienses que apoiaram tanto o Golpe de 1964 como os Atos Institucionais eram bem avaliados pelo SNI e consequentemente não sofreram perseguições da ditadura civil-militar.

As ações de crítica contra a ditadura ou o governo da Arena do Piauí, colocaram a segurança desses jornalistas em risco. Conforme os aparelhos de repressão foram sendo potencializados pelo AI-5, textos críticos ao governo ou ao sistema foram se tornando menos recorrentes. O caso do jornalista Herculano Morais[LII] tornou-se destaque na história da imprensa local, pois na segunda metade da década 1960 em algumas oportunidades, não comentou a pauta dominante, na visão da vigilância; ‘‘censurou o regime’’ e por isso foi classificado como ‘‘não integrado’’ às ideias da dita ‘‘revolução’’ de 1964.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

Tanto esse jornalista, como os outros de ideologia indefinida integram um campo de estudo ainda não explorado na historiografia. Suas atuações jornalísticas na fase inicial da ditadura lhes renderam essas apreciações no início da década de 1970. Alguns podem ser analisados como marcas de resistência e oposição. Todavia, são movimentos raros, articulados com oportunidades, pois as forças dominantes ainda estavam tentando integrar-se totalmente. O grupo que promoveu um jornalismo mais coeso do ponto de vista da resistência foram o dos jornais alternativos. Compreendemos, dessa forma, que no Piauí existiram medidas de resistência tanto ao governo estadual da Arena como ao sistema ditatorial em nível nacional – em menor medida. No entanto, conforme o autoritarismo foi sendo potencializado pelos Atos Institucionais, o processo de produção de mensagens opositoras foi sendo enfraquecido. O SNI monitorou a imprensa piauiense e garantiu políticas de censura e silenciamento.

Considerações finais

Defendemos, neste trabalho, que o Serviço Nacional de Informações, criado poucos meses após o golpe de 1964, foi originado pela força da Doutrina de Segurança Nacional, a partir da Escola Superior de Guerra e da *Linha Soborne*.. O SNI, durante a primeira fase da ditadura (1964-1967), foi organizado essencialmente pela Agência Central. Em outras regiões, foram criados setores regionais que dialogavam com departamentos policiais e militares do país como um todo. Dados eram solicitados e enviados para a agência central, onde eram organizados e analisados por autoridades competentes. Carlos Fico observa que o "monstro" do SNI foi estabelecido com a chegada da "Linha Dura", grupo liderado pelo ditador Costa e Silva. Além disso, outros departamentos e divisões de espionagem foram criados entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970 como respostas às ameaças que o regime verbalizava existir.

Um dos setores visados pelos militares era a imprensa, uma vez que os meios de comunicação foram fundamentais tanto pela promoção do golpe de 1964 quanto pela manutenção do regime ditatorial. Nosso foco foi constituído por uma análise e investigação sobre a imprensa tradicional do Estado do Piauí. Orientamos nossa atenção averiguando se, nesta imprensa, foi produzido material de oposição e resistência ao governo da Arena, no cenário local, e ao sistema ditatorial.

Consideramos que, mesmo de maneira residual, entre 1964 e 1967 existiram marcas de oposição ao regime na imprensa tradicional piauiense, e esse quadro não passou despercebido do SNI. No entanto, essas produções foram sendo gradualmente anuladas, conforme o avanço dos aparatos de repressão e monitoramento no país. Apresentamos como o SNI monitorou a imprensa piauiense, destacando que havia uma maioria integrada aos "ideais da Revolução". Mas havia também opositores ao governo e jornalistas com política ‘‘indefinida’’.

Muitos desses jornalistas também eram políticos, mas da oposição representada pelo MDB. Com o AI-5, a fúria repressiva do regime ganhou potencialidades jamais vistas. As redações foram um dos setores sociais que mais sentiram e reverberaram o ato institucional mais cruel da ditadura. Após o AI-5, a imprensa tradicional piauiense foi ficando cada vez mais ligada ao governo militar, difundindo matérias que pretendiam construir uma imagem positiva do regime. Além disso, esse processo acompanhou a modernização técnica da imprensa local. Os jornais mais bem equipados eram justamente aqueles que exaltavam a ditadura. Essa situação foi alterada somente a partir da atuação do jornalismo alternativo, produzido longe das

grandes redações, mas que também era alvo da vigilância, censura e ameaças. Apesar disso, esse jornalismo criou um movimento mais coeso e longevo no que diz respeito à resistência à ditadura de 1964, o que não significa que as ações ou produções de oposição e resistência protagonizadas pelos comunicadores do jornalismo tradicional sejam menores. Pelo contrário, essa pequena parcela do jornalismo piauiense contém textos que elucidam questões referentes à ditadura de uma forma direta e merece atenção para novas pesquisas em torno da oposição e resistência piauiense na imprensa tradicional.

Notas

[I] Estudo desenvolvido inicialmente no projeto de Iniciação Científica intitulado " As abordagens da imprensa piauiense sobre Democracia e autoritarismo na década de 1960", nos anos 2022/2023, no projeto de pesquisa " JEITOS DE CONTAR: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil republicano (a partir da década de 1960) ", sob a coordenação da Profa. Dra. Cláudia Fontineles.

[II]Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: joaorios1000@gmail.com.

[III] Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Departamento de História). Bolsista em Produtividade Científica/CNPq. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

[IV] GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945 -1964**:uma democracia representativa em consolidação. **Locus*:*** Revista De História*,* Juiz de Fora, v. 24 n. 2, 2018. , p.254.

[V] DREIFUSS, René A. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, p.361.

[VI]FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.392.

[VII] Francisco Mascarenhas Façanha, nota oficial da Guarnição Federal de Teresina. Jornal O Dia, Teresina, 3 de abril de 1964, p.3, n.1207.

[VIII] Jornal O Dia, Teresina, 3 de abril de 1964, p.3, n.1207.

[IX] Jornal O Dia, Teresina. 14 abr. 1964, n.1216, p.01

[X] LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011,p.21.

[XI] LEMOS FILHO, ALBERONI . **Vida Impressa**, Teresina-PI, Livraria e Editora Corisco Ltda. S/D .p,10.

[XII] Expressão como o Serviço Nacional de Informação (SNI) referira-se aos apoiadores da ditadura.

[XIII] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021,p.102.

[XIV] Nasceu em 1932 na cidade de Teresina-PI, formado em História, Direito e Geografia. No campo político foi vereador de Teresina entre 1954-1958, foi eleito vice-prefeito em 1962, ficando no cargo até 1967. No primeiro Governo de Alberto Tavares da Silva foi secretário de educação. Em 1975 foi nomeado prefeito de Teresina ficando no cargo até 1979. Em 1984, por meio do voto direto foi eleito e reeleito para a prefeitura de Teresina.

[XV] Nasceu em 30 de março de 1910 em Teresina- PI, teve formação em contabilidade. Foi vereador de Teresina por três mandatos consecutivos, 1950, 1954 e 1958. Foi eleito em 1962 a vice-governador. Durante foi vice-governador pela Arena, assumindo o poder executivo do Estado entre 1970-1971.

[XVI] Nasceu em 1925 na cidade de Picos- PI, teve formação em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tornou-se advogado. Foi eleito Deputado Estadual em 1958 e reeleito em 1962. Pela Arena foi governador do Piauí entre 1966-1970.

[XVII] Nasceu em 1925 na cidade de Uruçuí, formou-se em odontologia pela Universíade Federal do Maranhão. Tornou-se professor titular da faculdade de odontologia da Universidade Federal do Piauí. Em 1958 foi eleito Deputado Estadual. Foi secretário de justiça e segurança nos governos de Petrônio Portella e Helvídio Nunes (1963-1970) e vice-governador (1971-1975).

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

[XVIII] Dados retirados do site do TSE-PI. Link de acesso: https://www.tre pi.jus.br/eleicoes/eleicoesanteriores/eleicoes-1945-a-1992

[XIX] Alberoni Borges de Lemos Filho, foi um jornalista piauiense, filho de Alberoni Borges Lemos e Irene Andrade Lemos, nasceu no dia 10 de outubro de 1945 na cidade de Teresina. Tornou-se jornalista aos 17 anos trabalhando no jornal Folha da Manhã. Além disso, trabalhou em jornais como Folha do Nordeste e O Estado. Pela comunicação radiofônica, trabalhou na rádio pioneira, Rádio Clube e Difusora.

[XX] LEMOS FILHO, ALBERONI . **Vida Impressa**, Teresina-PI, Livraria e Editora Corisco Ltda. S/D .p,8-9.

[XXI] LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011,p.21.

[XXII] Kruel, Kenard. Josípio Lustosa . Blog Kenard Kaverna, Teresina, 15. fev. 2015. Disponível em: http://krudu.blogspot.com/2015/02/josipio-lustosa.html

[XXIII] Idem.

[XXIV] NETO, Adrião. **Escritores Piauienses de Todos os Tempos**: dicionário biográfico. Teresina. Halley S.A. 1995, p.250.

[XXV] Silva, Cunha. Teremos Eleição. O Estado. Teresina, 16 mai.1965, n°743 p.1.

[XXVI] SILVA, Iracema Santos Rocha. Fica ou sai? Estado do Piauí. Teresina,22 de janeiro de jan.1967. N-914.

[XXVII] Brasil, Congresso, Constituição do Brasil, op. Cit., p. 286. Lei de Imprensa, n º. 5.250 de 09/02/1967. In: KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

[XXVIII] KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012,p.107.

[XXIX] AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999,p.205.

[XXX] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021,p.111.

[XXXI] (Napolitano apud Folha de São Paulo, 11/12/2018)

[XXXII] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTÓRIA, v. 21, p. 45-67, 2020,p. 51

[XXXIII] Este periódico foi fundado em 1951 por Antônio de Almendra Freitas. Teve como diretores, José Gayoso de Almendra Freitas, José Camilo da Silveira Filho. Mais detalhes recomendamos a leitura da dissertação de mestrado: Lima (2011).

[XXXIV] O Congresso e o Ato Institucional. Jornal do Piauí, Teresina. 17 dez. 1968.,n.1965, p.3

[XXXV] BONSANTO, André. **A verdade é dura*:*** jornalismo, história e ditadura civil-militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

[XXXVI] FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 13, n. 33, e0210, maio/ago.2021,p.7.

[XXXVII] BONSANTO, André. **A verdade é dura*:*** jornalismo, história e ditadura civil-militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade). São Paulo: Editora Dialética, 2021,p.97.

[XXXVIII] FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

[XXXIX] CARVALHO, Aloysio Castelo de. Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964: a comunidade de informações. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.

[XL] BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares** In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 20

[XLI] "Criei um monstro", afirmou o General Golbery do Couto e Silva (1911-1987) Fonte: Veiga, Edison. Como funcionava o SNI, o 'monstro' da repressão criado pela ditadura militar há 60 anos. BBC NEWS-BRASIL.13 JUN, 2024. Link: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz77xg4z1rpo

[XLII] FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005,p.125.

[XLIII] Idem.

[XLIV] Decreto n 55.194, de 10 de dezembro de 1964. In: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro**: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.
[XLV] FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro**: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.140.
[XLVI] FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In :Ferreira, Jorge, Neves, Lucilia de Almeida (Orgs.).O Brasil republicano. Livro 4: O tempo da ditadura–regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record,2003 , p.145.
[XLVII] Data final do relatório.
[XLVIII] Não acreditamos em neutralidade. A questão central é que os agentes da vigilância criaram essa categoria pela dificuldade em classificar jornalistas que não elogiavam o regime. Não há registros de que estes tenham tido um passado ligado a movimentos considerados subversivos, tampouco tiveram manifestações de criticidade ao longo da segunda metade da década de 1960.
[XLIX] Letras garrafais adicionadas no relatório.
[L] Serviço Nacional de Informações. Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da Área. Nº82t-AC/SNI/SS19. 20 fev.1970. Confidencial. SIAN
[LI] Idem.
[LII] Nasceu em 1945 em São Raimundo Nonato-PI. Foi jornalista, poeta, ensaísta, cronista, contista, romancista e crítico literário. No campo da comunicação, publicou nos periódicos, Jornal do Piauí e no O Liberal. Foi editor e secretário de redação para os jornais O Estado, Diário do Povo e Correio do Piauí. Foi produtor do Grande Jornal Falado A Voz da Notícia, um programa de notícia da Rádio Clube de Teresina. Foi membro efetivo da Academia Piauiense de Letras.

Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BONSANTO, André. **A verdade é dura*:*** jornalismo, história e ditadura civil-militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares** In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. **Inteligência e segurança nacional no Brasil pós-1964**: a comunidade de informações. 1. ed. São Paulo: Appris, 2021.

DREIFUSS, René. **A Conquista do Estado**. Ação Política e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda**: os pilares básicos da repressão. In :Ferreira, Jorge, Neves, Lucilia de Almeida (Orgs.).O Brasil republicano. Livro 4: O tempo da ditadura–regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Record,2003.

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro**: de Washington Luís a Lula, 1927-2005. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. A autoestima piauiense, os usos políticos e as repercussões na memória. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 13, n. 33, e0210, maio/ago.2021.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. **TOPOI (ONLINE): REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 21, p. 45-67, 2020.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945 -1964**:uma democracia representativa em consolidação. **Locus*:*** Revista De História, Juiz de Fora, v. 24 n. 2, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo Brasiliense, 1983.

LEMOS FILHO, ALBERONI . **Vida Impressa**, Teresina-PI, Livraria e Editora Corisco Ltda. S/D .p,10.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETO, Adrião. **Escritores Piauienses de Todos os Tempos**: dicionário biográfico. Teresina. Halley S.A. 1995.

Fontes hemerográficas:

O Congresso e o Ato Institucional. **Jornal do Piauí**, Teresina. 17 dez. 1968.,n.1965, p.3

Napolitano, Marcos. Folha de São Paulo. **AI-5 também agradou aos militares moderados, diz historiador.** 11 de dez. de 2018. Disponível em: https://temas.folha.uol.com.br/50-anos-ai5/capitulo-5/ai-5-tambem-agradou-aos-militares-moderados-diz-historiador.shtml.

O Dia, Teresina, 3 abr. 1964, n.1267,p.1.

O Dia. Teresina,14 abr. 1964, n.1216, p.01

IMPRENSA TRADICIONAL, VIGILÂNCIA SECRETA: REFLEXÕES SOBRE O JORNALISMO TRADICIONAL PIAUIENSE DURANTE A FASE INICIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR[1]

RIOS, J. V. C.
FONTINELES, C. C. S.

SILVA, Cunha. Teremos Eleição. **Estado do Piauí**, 16 mai.1965, n°743 p.1

SILVA, Iracema Santos Rocha. Fica ou sai? **Estado do Piauí**, 22 jan.1967. N-914, p.1

Fontes oficiais e confidencias:

Brasil, Congresso, Constituição do Brasil, op. Cit., p. 286. Lei de Imprensa, n º. 5.250 de 09/02/1967. In: KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

Serviço Nacional de Informações. **Jornalistas dos principais Órgãos de Imprensa da Área**. Nº82t-AC/SNI/SS19. 20 fev.1970. Confidencial. SIAN